

As Reestruturas do Sentido de Pertença à Igreja Católica nos Bispados de D. José Colaço, D. Paulino Évora e D. Arlindo Furtado: Adaptação ou Resistência às Mudanças Políticas e Culturais em Cabo Verde?

Las Reestructuraciones del Sentido de Pertenencia a la Iglesia Católica en los Obispados de D. José Colaço, D. Paulino Évora y D. Arlindo Furtado: ¿Adaptación o Resistencia a los cambios políticos y culturales en Cabo Verde?

The Restructuring of the Meaning of Belonging to the Catholic Church in the bishoprics of D. José Colaço, D. Paulino Évora and D. Arlindo Furtado: Adaptation or Resistance to Political and Cultural Change in Cabo Verde?

Adilson Filomeno Carvalho Semedo¹

Palavras chave:

Cabo Verde

Igreja Católica

Sentido de Pertença

Resumo:

Este artigo relaciona a reestruturação dos sentidos de pertença à Igreja Católica de Cabo Verde com as transformações culturais, políticas e religiosas que marcam a contemporaneidade neste arquipélago. Apresenta a «pertença como institucionalização», «pertença como tradição/memória» e «pertença como compromisso» como os paradigmas dominantes na história da Igreja Católica em Cabo Verde, e discute o significado cultural da transição da «pertença como tradição/memória» para a «pertença como compromisso», que é transversal aos bispados de D. José Colaço, D. Paulino Évora e D. Arlindo Furtado.

Resumen:

Este artículo relaciona la reestructuración de los sentidos de pertenencia a la Iglesia Católica de Cabo Verde con las transformaciones culturales, políticas y religiosas que marcan la contemporaneidad en este archipiélago. Presenta la «pertenencia como la institucionalización», «pertenencia como tradición/memoria» y «pertenencia como compromiso» como los paradigmas dominantes en la historia de la Iglesia Católica en Cabo Verde, y se discute el significado cultural de la transición de la «pertenencia como tradición/memoria» a la «pertenencia como compromiso», que es transversal a los obispos de D. José Colaço, D. Paulino Évora y D. Arlindo Furtado.

Palabras clave:

Cabo Verde
Iglesia Católica
Sentido de Pertenencia

Keywords:

Cabo Verde
Catholic Church
Sense of Belonging

Abstract:

This article relates the restructuring of the senses of belonging to the Catholic Church of Cabo Verde with the cultural, political and religious changes that mark the contemporaneity in this archipelago. It presents “belonging as institutionalization”, “belonging as tradition/memory” and “belonging as commitment” as the dominant paradigms in the history of the Catholic Church in Cabo Verde. It also discusses the cultural significance of the later restructuring, the transition from “belonging as tradition/memory” to “belonging as commitment”, which is transversal to the bishoprics of D. José Colaço, D. Paulino Évora and D. Arlindo Furtado.

As Reestruturações do Sentido de Pertença à Igreja Católica nos Bispados de D. José Colaço, D. Paulino Évora e D. Arlindo Furtado: Adaptação ou Resistência às Mudanças Políticas e Culturais em Cabo Verde?

Introdução

Considera-se que as reconfigurações do campo religioso na modernidade constituem um produto de respostas aos processos modernos de secularização, globalização, destradicionalização, fragmentação, reflexividade e individualização (CLARKE, 2006). No que concerne à capacidade de renovação e de inovação da religião no continente africano demarcam-se a adoção, tanto pelos movimentos pentecostais como pelos radicais islâmicos, das tecnologias dos meios de comunicação para fazer proselitismo através de vídeos, músicas e sermões, no quadro de agendas transnacionais de conversão, e a forma como a religião na África continua a ser exportada para outros continentes, particularmente para as Américas e para a Europa, como parte do processo de globalização (GORE, 2008).

O panorama religioso em Cabo Verde, por razões diversas, com destaque para a mobilidade transnacional, interliga-se com estas tendências globais e regionais. Os dados do último censo, datado de 2010, deram nomes e números à diversidade religiosa dentro do arquipélago. Indicam que 1,5% da população inquirida está ligada à Igreja Adventista do Sétimo Dia; 0,9% à Assembleia de Deus; 77,3% à Igreja Católica; 0,1% à Igreja Deus é Amor; 1,7% à Igreja do Nazareno; 1,8% ao Islão; 25 efetivos, correspondentes à proporção de quase 0,0%, aparecem ligados ao Judaísmo;

0,5% à Igreja Nova Apostólica; 1,9% ao Racionalismo Cristão; 1,0% às Testemunhas de Jeová; 0,4% à Igreja Universal do Reino de Deus; 1,3% a uma outra não especificada; enquanto 10,8% aparecem associados aos sem religião (INE CV, 2010).

A partir da morfologia dessa diversidade, contata-se, no quadro das mudanças culturais que se assinalam na sociedade em Cabo Verde após a independência política em 1975, que os aspetos relacionados com a vivência religiosa se destacam pela sua ambivalência, constituindo um desafio tanto para os indivíduos, para as organizações, como para a sociedade. Por um lado, as religiões ainda exercem influência aceite e reconhecida na esfera subjetiva enquanto reguladoras da construção das identidades de género, da sexualidade e da conjugalidade (SEMEDO, 2009; LOBO; MIGUEL, 2015), por outro lado, constitui um dos orgulhos da República a afirmação da sua laicidade (SEMEDO, 2015).

Decorrente disso, propomos que a forma como a Igreja Católica local de Cabo Verde, unidade representativa em termos históricos, demográficos e simbólicos, tem reestruturado o sentido de pertença dos leigos traduz a interiorização da mudanças políticas e culturais que marcam a sociedade contemporânea em Cabo Verde. Portanto, é uma estratégia desta coletividade religiosa no sentido de compatibilizar-se estruturalmente com a sociedade, assegurando, simultaneamente, a sua adaptação e a sua resistência, na medida em que orienta as mudanças em prol do seu programa de ação.

Adotamos a conceptualização de sentido na aceção luhmanniana, enquanto forma que ordena o experimentar, determinando-lhe a referência a ulteriores possibilidades, na medida em que é apresentação simultânea do real, enquanto atual, e do possível, enquanto potencial (CORSI; ESPOSITO; BARALDI, 1996).

Por pertença à Igreja Católica assumimos uma relação que se estabelece entre a instituição igreja e as suas partes constituintes humanas, podendo assumir formas semânticas diversas. Pressupõe aceitação e reconhecimento mútuos derivados da incorporação de um sistema de disposições estruturantes (BOURDIEU, 2007) que articula formas de apreciar, de sentir, de agir específicas do ethos e da ética católicos, gerando, assim, formas de ordenação da experiência religiosa.

Essa ordenação da experiência objetiva-se em três dimensões: a cognitiva, porque enquanto algo que se aprecia, implica conhecimento; a emotiva, na medida em que é algo que se sente e, por isso, é motivação; a prática enquanto é algo que se faz, portanto, é ação.

Em termos metodológicos, adotamos a abordagem qualitativa e a recolha das evidências, sob as quais suportamos esta reflexão, cingiu-se a pesquisa documental. Assim, documentos eclesiais, artigos de jornais, entrevistas impressas e em vídeo, constituíram as matérias-primas sob as quais construímos essa problematização, no sentido de fazer do sentido de pertença a Igreja Católica de Cabo Verde “um objeto para o pensamento” (FOUCAULT *apud* REVEL, 2005, p. 3) sob a forma de conhecimento científico.

A narrativa coerente que propomos, entretanto, não se confunde com as evidências factuais, desordenadas, contínuas e descontinuas desse fenómeno. A sistematização que fizemos a partir de dados documentais dispersos é uma construção que tem propósitos meramente analíticos.

I. Uma Proposta de Configuração dos Sentidos de Pertença a Igreja Católica em Cabo Verde

Se a questão da pertença acompanha a constituição da Igreja Católica

em Cabo Verde, entendemos que é errado supor que ao longo do tempo ela tenha significado a mesma coisa ou que tenha sido suportada nos mesmos pressupostos. Pelo contrário, propomos que acompanhando a evolução da sociedade em Cabo Verde surgiram paradigmas ou modelos de pertença distintos no interior desta igreja particular.

Assim, correspondente à fase Jurisdicionalista das relações Estado/Igreja em Cabo Verde, com forte ingerência do Estado no âmbito religioso, mas ao abrigo da assunção de uma confissão religiosa como Religião do Estado, descortinamos o paradigma que definimos como «pertença como institucionalização».

Correspondente à fase Separatista (usamos a aceção técnico-jurídica e política que designa o separatismo como sistema de separação entre o Estado e a Igreja) aparecem os paradigmas de «pertença como tradição/memória» e «pertença como compromisso».

Em termos temporais, propomos que o paradigma de «pertença como institucionalização» predomina durante o período 1462-1820, enquanto o paradigma de «pertença como tradição/memória», embora erigido nos alvares do liberalismo no período da monarquia constitucional, se consolida no período da Primeira República e do Estado Novo português e predomina até aos primeiros anos do século XXI (1910-2009).

Por sua vez, o paradigma de «pertença como compromisso» é correspondente às determinações saídas do Concílio Vaticano II, quando passa-se de uma Igreja tida como uma hierarquia e uma estrutura social desigual, para uma Igreja como comunidade de batizados (BOBINEAU; TANK-STORPER, 2008). Esse paradigma consta do programa do bispado de D. José Colaço e de D. Paulino Évora, mas conso-

lida-se com algumas mudanças institucionais introduzidas pelo governo do bispado de D. Arlindo Furtado (2009-2017).

Assim, é nosso entendimento que como modelo de relação entre a Igreja local e os seus membros predominou inicialmente uma relação regulada institucionalmente, como suportes políticos e jurídicos que asseguravam que os moradores de Cabo Verde fossem igualmente súbditos do reino e membros pertencentes à Igreja Católica.

Durante os séculos XV-XVIII, o Padroado Espiritual da Ordem de Cristo fez da coroa portuguesa a protetora da fé, assegurou que a fé legitimasse as ações expansionistas e de conquista da coroa; permitiu a construção do «outro religioso generalizado» - os infiéis (judeus, cristãos novos, mouros, animistas) - e a regulação jurídica das suas ações nos territórios do reino (SANTOS; SOARES, 2001).

A experiência religiosa era marcada pelo catolicismo em posição social e política privilegiada; pela associação das religiões tradicionais africanas com as práticas demagia e feitiçaria; pela presença conjuntural do judaísmo oriundo da Europa; e pelo combate ao Islão trazido por africanos escravizados (BARCELOS, 2003).

Ser morador de direito nas ilhas implicava, simultaneamente, ser súbdito do reino e fiel católico. O destaque vai para o batismo enquanto ritual que assegurava essa dupla condição e o concomitante direito de entrada na sociedade. Deste modo a pertença à Igreja Católica permitia que a identidade religiosa do legítimo morador das ilhas fosse, igualmente, elemento constituinte da sua identidade política. Portanto, nessa fase havia uma simbiose entre a identidade religiosa e a identidade política.

Num contexto político distinto, marcado primeiramente pelo liberalismo e depois pelo republicanismo, as contestações

ao poder da Igreja Católica culminaram em alterações no quadro jurídico que retiraram as bases para um sentido de pertença sustentado na institucionalização, à medida que o catolicismo passa da condição de religião do estado para a de religião da nação portuguesa.

Entre 1820 e 1975 a experiência religiosa é marcada pelo catolicismo ainda em posição social e política privilegiada, ressaltando os anos 1910-1926 (SEMEDO, 2015); pela presença judaica europeia e magrebina decorrente de fluxos comerciais (CORREIA, 1998); pela entrada do protestantismo (luteranismo, metodismo, anglicanismo e calvinismo) oriundo dos EUA, via retorno de emigrantes (CORREIA, 2005); pela admissão do Racionalismo Cristão oriundo do Brasil (VASCONCELOS, 2012); e pela chegada dos evangélicos (Baptistas, Adventistas dos Sétimo Dia, Testemunhas de Jeová) e do baháismo (SILVA, 2005).

Nesse período, os diálogos entre a igreja Católica e o poder político foram construídos a partir do peso tradicional da Igreja Católica na cultura e na história de Portugal e das suas colónias, tendência acentuada durante o Estado Novo (CRUZ, 1998). A simbiose se dá entre a identidade religiosa e a identidade cultural, e esta orientação estender-se-á à Primeira República de Cabo Verde e aos primeiros anos da democracia pluralista.

Essa simbiose permitiu que o governo da diocese de D. José Colaço reestruturasse a ação da Igreja local no conturbado período que antecedeu a independência nacional e que o governo da diocese de D. Paulino Évora reconstruísse a compatibilidade estrutural entre o catolicismo e a sociedade cabo-verdiana pós-colonial, assegurando uma base de diálogo como os novos poderes políticos (SEMEDO, 2015). Pertencer à igreja no quadro da simbiose entre a identidade re-

ligiosa e a identidade cultural é algo que se herda, legada pela tradição, e uma memória que se atualiza no presente.

Entretanto, as interrogações acerca do sentido de fé do crente católico, acentuadas pelo fenómeno das profanações nos anos 90 do século XX, e a crescente diversificação do campo religioso em Cabo Verde, questões que marcam a primeira década do século XXI, criaram condições para que as autoridades católicas problematisassem o sentido de pertença suportado na tradição/memória e começassem a refletir na criação de estruturas eclesiais que assegurassem a primazia do sentido de pertença como assumpção de compromisso.

Importa referir que com a pertença como compromisso busca-se uma simbiose entre a identidade religiosa e a identidade pessoal. Pretende-se que o fiel já não pertença à igreja por tradição (familiar) ou porque culturalmente ele herdou essa pertença, mas porque tal pertença orienta toda a sua vivência, traduzindo-se numa participação ativa suportada numa simetria entre direitos e deveres plenamente assegurados e assumidos. Ganha ascendência a figura do convertido, na linha do proposto por Hervieu-Legér (2005).

A tabela que segue abaixo sintetiza as dimensões dos paradigmas apresentados:

Paradigma Dominante	Período temporal	Referência do Sentido da Fé	Orientação da Ação	Simbiose Preconizada	Tipo de Identidade	Significado do Batismo
Pertença como Institucionalização	1462/1820	Exterior	Unilateral (Igreja → fiel)	Religião/ Política	Religiosa/ Política	«Selo» Social
Pertença como Memória/Tradição	1910/1997	Exterior	Unilateral (Igreja → fiel)	Religião/ Cultura	Religiosa/ Cultural	Ritual Tradicional
Pertença como Compromisso	1997/2017	Interior	Bilateral (Igreja → fiel)	Religião/ Indivíduo	Religiosa/ Pessoal	Conversão Pessoal

Tabela 1: Quadro síntese das dimensões dos paradigmas de pertença a Igreja Católica em Cabo Verde (fonte: o autor)

Observemos, de seguida, como se apresenta essa discussão nos três bispados referenciados, relevantes na medida em que são contemporâneos as mudanças socioculturais na sociedade em Cabo Verde.

II. D. José Colaço e o Catolicismo como Património Cultural

Segundo a apreciação feita pelo Cónego José Jacinto ao jornal *Novo Jor-*

nal Cabo Verde, de 27 de outubro de 1994, o programa missionário do bispo D. José Colaço, a recristianização do arquipélago, passava pela constituição de um clero local. Assim, o seu bispado seria o reflexo de uma máxima que lhe é atribuída: «diocese sem seminário – lar sem crianças», pelo que ultrapassada a primeira fase de emergência material e espiritual, mereceria particular atenção a questão da vida consagrada, cujo primeiro passo foi a construção, no dia 7 de outubro de 1957, do «Seminário de S. José» (CERRONE, 1983, p. 54-55).

Nas suas comunicações com os leigos e com as autoridades coloniais, invariavelmente, aparecem referências à relação entre o catolicismo e a cultura cabo-verdiana. Assim, por exemplo, em outubro de 1959, no discurso por ocasião do seu jubileu, afirmou:

Tem esta terra a distinção de ter nascido para o Catolicismo, quando nasceu para a vida. Foram cristãos os seus primeiros templos, cristãos os primeiros cânticos que romperam o seu silêncio milenário (D. José Colaço, in *Cabo Verde Boletim de Propaganda e Informação*, outubro de 1959, p. 22).

Na sua mensagem «Na hora de Esperança», referente aos acontecimentos da primeira quinzena de maio de 1974 que marcaram a cidade da Praia, na sequência do 25 de Abril, vislumbra-se também essa relação entre o catolicismo e a cabo-verdianidade:

Um valor me cumpre pôr em plena luz nesta viragem: o valor do espírito, nesta terra caldeada na mensagem cristã do Evangelho. O Cristianismo é o mais íntimo foco da vida para o caboverdiano. O Cristianismo é a alma de Cabo Verde. Seremos menos caboverdianos e, até deixaremos de ser caboverdianos, se enveredarmos por caminhos que ponham em risco a abertura a Deus ou venham a diminuir a estima pelos mensageiros de Deus (D. José Colaço, in *O Arquipélago*, de 16 de maio de 1974, p. 8).

Na sua carta de despedida da diocese lembrou o progressivo, ainda que lento, processo de desenvolvimento do apostolado dos leigos no seio das comunidades e o facto de não se poder dizer que todos os leigos em Cabo Verde sentem e vivem a sua responsabilidade social em pleno (COLAÇO, maio 1975, p. 3-6).

Mostrou-se convicto que na hora histórica que se abria, tudo levava a crer, mais precisaria a igreja em Cabo Verde da consciencialização e vivência por parte dos leigos, sobretudo dos jovens e lembrou que devem os “leigos oferecer-se a assumir as responsabilidades do funcionamento regular das comunidades, em colaboração com os sacerdotes” (idem). Assim, o último pronunciamento do bispo goês anunciou um ideal, cuja concretização foi entregue aos leigos:

A Igreja, mais do que dantes, olha esperançadamente para as fileiras leigas e vai entregando aos leigos maiores responsabilidades. Que os leigos de Cabo Verde sejam dignos desta hora de promoção laical e nada recusem, nem mesmo os serviços difíceis; nem mesmo os serviços normalmente desempenhados pelos sacerdotes ou religiosos, a fim de que Cristo seja a grande luz nesta terra, uma luz a iluminar as cidades e as aldeias, as casas situadas à borda das estradas ou no recôndito dos montes. Cristo, com todos, na pessoa dos cristãos! Cada cristão um facho aceso no meio das pequenas e grandes povoações deste vasto Arquipélago, - todo ele pertença de Cristo! (*ibidem*, p. 6-5).

Essas passagens são exemplos de vários momentos em que a simbiose entre a identidade cultural cabo-verdiana e a identidade cristã foi a argamassa sob a qual este bispo construiu o seu diálogo com a sociedade.

Reparamos que o apelo ao compromisso do laicado já era uma demanda. Era do conhecimento público, na altura, que o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) vinha com a força dirigente e a luz do povo da Guiné e Cabo Verde. Nesse sentido impunha-se que cada cristão fosse um facho aceso da luz de Cristo. Essa tarefa foi uma das muitas herdadas pelo primeiro bispo natural de Cabo Verde.

III. A Transição Paradigmática no Bispado de D. Paulino Évora: da «Pertença Tradição/Memória» à «Pertença Compromisso» (1975-2009)

O panorama religioso pós-independência é marcado em termos denominacionais pelo facto do catolicismo deixar de ser politicamente privilegiado; pelo reconhecimento político e social da presença do Islão; e diversificação da presença evangélica, pentecostal e neopentecostal proveniente da África, América do Sul e Extremo Oriente.

Pode-se afirmar que a primeira fase do bispado de D. Paulino Évora foi orientada para o resgate da Igreja, distanciando-a do colonialismo e a enquadrando na nova sociedade emergida com a Independência Nacional. A preservação do catolicismo como elemento constituinte e estruturante da cultura cabo-verdiana foi um objetivo explícito no quadro do propósito da caboverdianização da Igreja Católica em voga na altura, a par da promoção de um maior compromisso dos clérigos, dos religiosos e dos leigos para com a Igreja (ÉVORA, 1982).

A Independência Nacional de Cabo Verde estipulou formalmente que a Igreja local, contrariamente à situação política colonial, deixava de usufruir de uma posição privilegiada perante a administração política. Consequentemente, a unidade política Cabo Verde-Guiné-Bissau e «o retorno a África» tornaram possível a entrada de emigrantes muçulmanos e a organização do Islão no arquipélago nas décadas seguintes (SILVA, 2005), situação que durante séculos havia sido contida.

O novo estado sobrepôs a noção de nação africana a qualquer outro ideário de nação (FERNANDES, 2006), no âmbito do projeto de retorno às origens africanas, que dispensou o suporte religioso. Essa orientação ideológica tem o condão

de romper com a secular ligação entre a cultura cabo-verdiana e o cristianismo.

A preservação dessa memória foi, por isso, um desafio nos primeiros anos do bispado de D. Paulino, mitigando-se à medida que o fervor ideológico revolucionário esmorecia, particularmente, a partir do fim da unidade Guiné-Cabo Verde, de modo que as celebrações dos 450 da criação da Diocese de Santiago, entre 1982-1983, foram a primeira grande manifestação da pujança católica no período pós-independência (VASCHETTO, 1987).

Com maior consistência a partir deste período, a pertença maciça da população à Igreja católica, o enraizamento do catolicismo no ethos cabo-verdiano tanto serviram de base para os diálogos entre os poderes político e religioso durante a primeira República de Cabo Verde, como foram os fundamentos morais que legitimaram a intervenção pública do clero no período da transição para o regime democrático pluralista e nos primeiros anos da segunda República (SEMEDO, 2016).

Entretanto, na segunda metade dos anos noventa, o pressuposto demográfico que sustentava a condição maioritária da catolicidade no arquipélago, assumiu contornos teológicos fraturantes perante a questão das profanações. Se em outubro de 1996 os Padres de Santiago louvaram a serenidade e o bom senso que os católicos demonstravam perante tais acontecimentos e anunciaram, entretanto, que juntos tomariam “as medidas que se impõem para que as profanações tenham o seu termo” (Comunicado/Denúncia in *Terra Nova*, de outubro de 1996, p. 8.), um ano mais tarde o Bispo D. Paulino Évora viu-se perante o imperativo de admitir a possibilidade de cumplicidade do «rebanho de Deus» em Cabo Verde, no caso das profanações (cf. *A Semana*, de 24 de outubro de 1997, pp. 2-3).

Constituía uma expectativa do Governo da Diocese que a população, sendo maioritariamente católica, apoiaria o corpo ministerial, por exemplo, colaborando com as estruturas judiciais na apuração dos responsáveis pelas profanações. A decepção desta expectativa ficou evidenciada quando passou a ser considerada a possibilidade da cumplicidade dos paroquianos e da participação daqueles que andam colados à «batina do padre» (PINA, julho 1998).

Esta situação despoletou, todavia, profundas interrogações:

a) Poderia o corpo ministerial, sem a confiança na fé dos leigos, indicar o caminho a seguir e esperar que abarque todos os aspetos da vida social em que estes se veem envolvidos?

b) Continuará a Igreja local a acreditar no homem cabo-verdiano com a mesma fé com que acredita em Deus, aspeto, que, segundo “Frei Camilo Torassa (1995), é um apanágio da Igreja Católica?

c) Que pastoral para o contexto histórico em que o pressuposto da pertença massiva da população ao catolicismo permanece válido, mas em que se constata que o “sentido da fé” (*Lumen Gentium*, n.º 12 in Concílio Vaticano II, 1998, p. 27), ou seja, «a indefetibilidade de adesão dos fiéis à fé transmitida, a profundidade da penetração e a intensidade da transposição para a sua vida», encontram limites nas outras vivências sociais?

Enquanto espelho deste processo reflexivo, os últimos anos do governo do Bispo D. Paulino Évora marcam o nascimento de uma nova fase, em que a Igreja local sinaliza o reconhecimento da evidência de que a adesão massiva da população ao seu credo não correspondia a assunção do apostolado. Esse diagnóstico impulsiona o fecho de mais um período

na vida da Igreja Católica nas ilhas de Cabo Verde, o do magistério prioritariamente moral/político, que enforma o que Cerrone (1983) descreve como a fase da restauração, eternamente imperativo a atualização da ação pastoral.

IV. A Consolidação do Paradigma de Pertença como «Compromisso» no Bispado de D. Arlindo Furtado (2008-2017)

Se o bispado de D. Paulino Évora teve como desafio primordial a questão de liberdade social e política, o bispado de D. Arlindo Furtado, certamente, é marcado pelos desafios que a liberdade pessoal, subjetivamente objetivada, coloca à igreja católica local.

Os desafios que a Diocese de Santiago de Cabo Verde enfrenta e enfrentou nos tempos mais recentes são plurais e podem ser sistematizados em três dimensões. Na dimensão sistémica esses desafios mostram-nos que, nos últimos anos, a religião tornou-se o principal recetáculo da exclusão gerada nos subsistemas económico, político, jurídico, educativo. Por exemplo, as referências a uma religiosidade difusa, não fixada de forma institucional, têm sido recorrentes nas músicas rap e hip-hop, veiculadas em discursos de denúncia dos males sociais e de contestação à sociedade, associadas ao despertar de uma “espiritualidade da libertação” (BARRIOS, 2007 *apud* LIMA, 2016, p. 16).

A par disso, a diversificação da oferta religiosa e espiritual marcada pelo dinamismo do cristianismo evangélico e neopentecostal, basicamente de origem sul-americana e africana, a consolidação da presença do Islão, a emergência de novas religiosidades e de novas espiritualidades; o fenómeno das seitas, o secularismo e o satanismo, embora pouco expressivos em termos estatísticos, interpelam o catolicismo nas ilhas.

Já na dimensão individual, tornou-se incontornável a reflexão eclesial sobre as questões da liberdade de escolha religiosa do indivíduo, a privatização da vivência religiosa, a mercantilização dos bens espirituais; o sentido da fé do leigo católico.

A pastoral da comunhão e da proximidade que apostou na evangelização (2009-2010), na promoção do diálogo e da coresponsabilidade pastoral (2011-12), na consciencialização dos batizados de que são discípulos missionários (2013-2016), e que atualmente se tem orientado pela promoção da paróquia viva, renovada e missionária (2017-2020), retrata as estratégias que a Igreja local, sob o bispado de D. Arlindo Furtado, tem acionado para atender as interpelações que a sociedade lhe impõe (DIOCESE DE SANTIAGO de CABO VERDE, 2017).

Vivemos um período em que esta igreja já tem programada uma mudança na orientação que se tem acerca do que é a paróquia. Falamos da consolidação do novo modelo de governança paroquial que abandona o «princípio territorial» do enquadramento religioso de uma população, em favor do «princípio associativo» e cuja implementação efetiva simultaneamente «um discurso moderno de libertação» e «um discurso moderno de disciplinarização» (BOBINEAU; TANK-STORPER, 2008).

Esse programa pressupõe, entretanto, que o compromisso pessoal seja o fundamento da ligação do leigo com a igreja. Assim, a liberdade pessoal dos leigos e as estruturais eclesiais encontram-se perante o desafio de criarem sinergias mutuamente edificantes, respeitando por um lado o princípio da liberdade, hegemónico nos nossos dias de democracia social, e o princípio da disciplina, elemento estruturante de toda a Igreja Católica Universal.

A consolidação do paradigma de pertença atualiza-se como sentido na medida em que, na sua exterioridade, possibilita a construção de uma nova compatibilidade estrutural entre a religião católica e a democracia social pluralista em Cabo Verde. Isto é notório em algumas intervenções públicas do Bispo D. Arlindo Furtado.

Por exemplo, no dia 26 de março de 2013, no programa «A Entrevista» da Televisão de Cabo Verde, afirmou o seguinte:

A Igreja tem duas coisas que deve assumir e assumir. Primeiro é o depósito da fé, a verdade que nós recebemos de Jesus Cristo, isto é invariável, que nos tentamos aprofundar e formulá-la de forma cada vez mais adequada. Depois há a forma de anunciar, a forma de manifestar essa mesma fé, que é chamada de pastoral. Isto deve variar consoante as necessidades de cada época. Esse é o empenho que a igreja deve ter, mas está sempre presente a liberdade das pessoas que, hoje, sobretudo, perante tantas propostas imediatistas que o mundo moderno apresenta, não estão todas imediatamente disponíveis.

Na sua interioridade, a consolidação do sentido de pertença como compromisso é uma resposta à necessidade de reforço do sentido de comunidade enquanto espaço de “fusão de horizontes” (GADAMER *apud* BAUMAN, 2004, p. 63):

A religião cristã tem uma proposta de vida, que a gente assume na liberdade (...). Se um grupo grande de pessoas viverem intensamente a sua fé, dando testemunho, encarnando na sua vida a mensagem recebida de Jesus Cristo, seguindo, afinal, os passos de Jesus Cristo, que é a vida do cristão, isto é, outro Cristo, muito bem. Mas isso depende muito da liberdade, da de-

cisão, do empenho de cada um e de toda uma comunidade. Há momentos em que os cristãos dão testemunho exemplar e que atraem os outros, aliás isso foi a vivência dos primeiros cristãos. Os que ainda não eram crentes diziam: «vede como eles se amam, como são amigos entre si, como são solidários, como vivem fraternalmente entre si». Isso é uma interpelação de todos os cristãos, em todos os tempos (D. Arlindo Furtado, *A Entrevista*, 26 de março 2013).

Claramente, a Igreja local abdica da condição de «igreja museu», secundarizando as suas valências enquanto *locus* tradicional, e orienta-se paulatinamente como uma comunidade viva de fiéis, um espaço compartilhado que resulta de experiências compartilhadas.

Entendemos que o apelo ao compromisso, quando compreendido, partindo dos seus fundamentos sociológicos, revela os esforços que têm sido desencadeados no sentido da modernização da igreja local.

Entretanto, no contexto pós 11 de setembro de 2001, a «geopolítica do atlântico»^{II} gerou, internamente, uma estratégia política que, de forma explícita, fez com que Cabo Verde ratificasse mais seis Convenções relativas ao terrorismo (BRITO, 2017), e, de forma implícita, visou a promoção do papel social das igrejas cristãs e a instrumentalização diplomática da universalidade da identidade cristã.

A gradual elevação política do cristianismo como uma das dimensões das identidades nacional e cultural assegurou um novo acoplamento político/religioso que, paulatinamente, foi instituindo as coletividades religiosas como parceiras/cooperantes no processo de desenvolvimento humano e social politicamente orientado^{III}. Esta estratégia, por razões diplomáticas, históricas e demográficas, centrou a sua

atenção na Igreja Católica e culminou com dois novos instrumentos jurídicos: o Acordo Jurídico entre a Santa Sé e o Estado de Cabo Verde, de 10 junho 2013, e o Regime Jurídico da Liberdade de Religião e de Culto em Cabo Verde, de 16 de Maio de 2014.

É caso para se dizer que se, por razões de ordem interna, o bispado de D. Arlindo é interpelado a reformatar o sentido de pertença do leigo católico, por razões de ordem externa, as roupagens negociais diplomáticas que o cristianismo/catolicismo confere a cabo-verdianidade tendem a manter ainda atuais as simbioses entre a identidade cristã e a identidade cultural cabo-verdiana.

Considerações Finais

Em três momentos distintos, e sem desconsiderar a complexidade desta problemática, evidenciamos que a reestruturação do sentido de pertença na Igreja Católica local atende ora aos desafios de cariz político, ora aos de natureza religiosa.

A igreja enquanto órgão social é impelida a responder aos desafios que a sociedade, na sua evolução, lhe coloca. No caso dos bispados de D. José Colaço e de D. Paulino Évora os desafios primários eram de natureza política. A questão da liberdade apresentou-se de forma distinta no fim do período colonial e nos inícios do período da independência e o vínculo construído com os seus membros em períodos tão desafiantes politicamente apelou à tradição, à memória, ao lugar na história que esta Igreja teve na constituição da sociedade e do espírito cabo-verdianos.

As lutas pelo sentido da vida e da realidade no contexto destes bispados opuseram frente a frente instituições religiosas e políticas. Não entranhemos assim que o magistério desses dois bispados tenha sido prioritariamente moral-político.

O governo de D. Arlindo Évora, entretanto, não encontra na evolução política os seus desafios primários, mas sim na evolução cultural. A centralidade dos seus desafios já não advém da liberdade enquanto valor político, mas sim da liberdade enquanto valor cultural. Assim, a diversidade religiosa, a liberdade religiosa, o consumismo, o relativismo cultural, despontam como autênticos desafios sociais à Igreja local^{IV}. Não que se trate de desafios meramente locais. Pelo contrário, são desafios gerados de forma global, o que desloca as lutas pelo sentido da vida e da realidade do frente a frente entre instituições religiosas e políticas, a medida em que essa luta se torna difusa, líquida, omnipresente na vida social embora já não localizável institucionalmente.

De realçar, todavia, que o diálogo da igreja local com as instituições políticas e outras instituições religiosas ainda busca e encontra suportes na sua relevância demográfica, cultural e histórica. Tanto o Acordo Quadro de 2013^V como as explicações para a criação do primeiro cardinalício cabo-verdiano^{VI} olharam para a história e daí retiraram a sua plausibilidade.

Neste sentido, é uma ironia da história que D. Arlindo Furtado, sistematicamente, não destaque com assiduidade a questão do peso tradicional e cultural do catolicismo nas ilhas nos seus pronunciamentos públicos, quando dois momentos fundamentais do seu bispado foram construídos com base nesse pressuposto. O presente parece ser o seu único foco e o compromisso a via para a construção do futuro que o seu governo idealiza para a Diocese de Santiago.

Entretanto, esse reforço do apelo ao compromisso terá de considerar algumas barreiras sociais, inerentes ao passado e à atualidade da igreja. Em pri-

meiro lugar, a religiosidade popular enraizada, derivada das insuficiências históricas da missionação católica em Cabo Verde, que afeta a dimensão cognitiva da pertença dos fiéis à igreja, uma vez que as crenças e as superstições comportam outros «saberes» acerca do que é a religião católica e do que é a igreja.

Em segundo lugar, o menosprezo secularista do catolicismo, gerado pela sua separação do campo político/intelectual, que afeta a dimensão motivacional da pertença, uma vez que os leigos, raramente, encontram nas suas figuras públicas políticas e intelectuais referências sociais de pertença à igreja.

Por último, o feiticismo da subjetividade (BAUMAN, 2008), associado à cultura do consumo e do prazer, que esconde a autotransformação das pessoas em mercadorias, o que afeta a dimensão prática, a ação, na medida em que a construção de uma identidade pessoal/cristã encontra muitas outras propostas de construção identitária concorrentes.

Depreendemos que, assim como em muitas outras regiões do mundo, é uma evidência que a modernização da sociedade em Cabo Verde deixe a Igreja Católica perante o imperativo de refletir sobre a reestabilização dos limites das suas expectativas totalitárias, no sentido de abarcadoras de toda a realidade social.

Nesta direção, a questão da estruturação do sentido de pertença interliga-se com a dimensão que dá conta das mudanças tanto nas Igrejas instituídas, como nas igrejas minoritárias e seitas, o que segundo “Dobbelaere (2004) corresponderia a secularização organizacional da igreja ou seitas. Todavia, a confirmação dessa hipótese exige a corroboração de mais observações empiricamente fundamentadas.

Bibliografia

- A SEMANA. Praia, 24 de outubro de 1997. Ano VII, n.º 323, p. 2-3.
- BARCELOS, Cristiano José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. 2.ed. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas para Consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.
- BOBINEAU, Oliver; TANK-STORPER, Sébastien. *Sociologia das Religiões*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRITO, Emanuel. *Cabo Verde: uma plataforma de segurança internacional*. Mindelo: Edição do Autor, 2017.
- CABO VERDE BOLETIM DE PROPAGANDA E INFORMAÇÃO. Praia, outubro 1959. Ano XI, n.º 121.
- CERRONE, Frederico. *História da Igreja de Cabo Verde: subsídios*. São Vicente: Gráfica do Mindelo, 1983.
- CLARKE, Peter B. *New Religions in Global Perspective: A study of religious change in the modern world*. London and New York: Routledge, 2006.
- COLAÇO, D. José. À Despedida da Diocese. *Terra Nova: Órgão Cristão de Formação e Informação*. São Filipe, maio de 1975. Ano I, n.º 2, p. 3-6.
- COLAÇO, D. José. Na hora de Esperança. *O Arquipelago* (Órgão informativo do Centro de Informação e Turismo). Praia, 16 de maio de 1974. Ano XII, n.º 614, p. 8.
- Comunicado/Denúncia. *Terra Nova: Órgão Cristão de Formação e Informação*. Mindelo, outubro de 1996. Ano XXII, n.º 242, p. 8.
- CORREIA, Cláudia. *Presença de Judeus em Cabo Verde. Inventariação na documentação do Arquivo Histórico Nacional (1840-1927)*. Praia: Arquivo Histórico Nacional, 1998.
- CORREIA, Lina. *De Santo Antão a Brava. Lançando a semente*. Florida: Publicações Nazarenas África, 2005.
- CORSI, Giancarlo, ESPOSITO, Elena & BARALDI, Claudio. *Glosário sobre la Teoría Social de Niklas Luhmann*. México D.F.: Universidad Iberoamericana, 1996.
- CRUZ, Manuel Braga da. *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998.
- DIOCESE DE SANTIAGO DE CABO VERDE. *Plano Pastoral 2017-2018: Pertença a Cristo, nossa Alegria e Missão*. Praia: 2017.
- DOBBELAERE, Karel. *Secularization: an analysis at three levels* (2nd printing). Bruxelles: P.I.E.-Peter Lang, 2004.
- ÉVORA, D. Paulino. *Carta Circular "A Nossa Diocese em Reflexão"*. Praia: Diocese de Cabo Verde, março 1982.
- FERNANDES, Gabriel. *Em Busca da Nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde Crioulo*. Florianópolis: Editora da UFSC, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.
- GORE, Charles. Religion in Africa. In: WOODHEAD, Linda, KAWANAMI, Hiroko, & PARTRIDGE, Christopher. *Religions in the modern world: traditions and transformations*. Second edition. London: Routledge, 2006. P. 1265-1296.
- HERVIEU-LEGÉR, Danièle. *O Peregrino e o Convertido: a religião em movimento*. 1.ed. Lisboa: Gradiva, 2005.
- INE CV. *Censo 2010*. Acesso em 13 de junho de 2011, disponível em <http://www.ine.cv/censo/censo2010.aspx>.
- LIMA, Redy Wilson. Street soldjas: breve aproximação teórica para o estudo de gangues de rua em Cabo Verde. COMTEXTOS, *Working Papers*. Minho, Série 2, n.º 2, P. 1-29, 2016.
- LOBO, Andréa; MIGUEL, Francisco. "I want to marry in Cabo Verde": Reflections on homosexual conjugality in contexts. *Vibrant, Virtual Braz. Anthropology*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 37-66, June 2015.
- LUMEN GENTIUM (Constituição Dogmática sobre a Igreja). In: Concílio Ecuménico Vaticano II. *Documentos Conciliares: Constituições, Decretos, Declarações e Mensagens Conciliares*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1998. P. 3-108.
- PINA, Alírio Dias de. Detidos libertados, Igreja Adventista denuncia perseguição. *A Semana*. Praia, 24 de julho de 1998. Ano VIII, n.º 361.

RADIO E TELEVISÃO DE CABO VERDE. TCV (Produtor executivo). *A Entrevista: D. Arlindo Furtado, Bispo de Santiago [Programa de televisão]*. Praia: TCV, 26 março, 2013.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTOS, Maria Emília Madeira; SOARES, Maria João. Igreja, Missionação e Sociedade. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). *História Geral de Cabo Verde*. Vol. II, 2.ed. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Praia: Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001. P. 359-508.

SEMEDO, Adilson F. C. O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, Vol. XXXI, p. 107-126, 2016.

SEMEDO, Adilson F. C. *Religião e Cultura: A Influência da Igreja Católica na Reprodução da Dominação Masculina em Cabo Verde*. Porto: CEAUP, 2009.

SEMEDO, Adilson F. C. *Religião e Política em Cabo Verde: Os Posicionamentos Públicos do Governo da Diocese perante as Mudanças Políticas (1975 – 2001)*. Praia: Editorial Sotavento, 2015.

SILVA, Tomás V. *(Kon)Tributu (pa libertason y dizanvolvimentu)*. Praia: Edição do Autor, 2005.

TORASSA, Camilo Frei. Conheça a História do Cristianismo: A Igreja Ortodoxa na Tormenta. *Terra Nova: Órgão Cristão de Formação e Informação*. Mindelo, maio de 1995. Ano XX, n.º 227, p. 7.

VASCHETTO, Bernardo. *Ilhas de Cabo Verde: Origem do povo caboverdiano e da diocese de Santiago de Cabo Verde*. Boston: Edição Farol, 1987.

VASCONCELOS, João. *Histórias do Racionalismo Cristão em São Vicente, de 1911 a 1940*. Segunda Edição. São Vicente: Comissão Organizadora da Comemoração do 1.º Centenário do Racionalismo Cristão em Cabo Verde, 2012.

I Adilson Dilomeno Carvalho Semedo. Doutor em Sociologia pela Universidade do Porto. Professor da Universidade de Cabo Verde. Contato: adiguído@hotmail.com

II Segundo Brito (2017), Cabo Verde está situado no cruzamento de importantes rotas marítimas e aéreas, destinadas aos países ocidentais, mais visados pelas organizações terroristas, de inspiração islâmica, como sejam os Estados Unidos, a Espanha, a França e o Reino Unido. Para além do tráfico de passageiros que passa pelo nosso território, salienta que estas rotas movimentam recursos energéticos e minerais, importantes para as economias do Norte do Atlântico. Nesta perspetiva, defende que o poder funcional ou relacional do arquipélago pode constituir justificação para atos terroristas no mar, em portos e aeroportos internacionais do país.

III É exemplificativo o protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Praia, a capital do país, e a Paróquia Nossa Senhora da Graça, no dia 15 de Agosto de 2015, com o objetivo de estabelecer os princípios e as bases de cooperação nas áreas de cultura, património, urbanismo, desenvolvimento social e juventude.

IV Vide a este respeito a entrevista de D. Arlindo Furtado ao jornal Expresso das ilhas, de 16 de abril de 2014, p. 16-19.

V Acordo entre a República de Cabo Verde e a Santa Sé relativo ao estatuto jurídico da Igreja Católica em Cabo Verde, Artigo 15, Alínea 1.

VI Vide “Dom Arlindo, o nosso primeiro cardeal: Um poliglota entendido em textos canónicos”, disponível em <http://anacao.cv/2015/01/12/dom-arlindo-o-nosso-primeiro-cardeal-um-poliglota-entendido-em-textos-canonicos/>, acesso em: 01 abr. 2017; Expresso das Ilhas, Praia, 7 de janeiro de 2015, p. 4-5.

Recebido em 31/07/2017

Aprovado em 04/09/2017